



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMSG N.º 013/2015

Encontra-se à disposição dos interessados, na Subsecretaria de Compras e Suprimentos, o Edital de **LICITAÇÃO da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 013/2015**, para “**CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA**”, do tipo melhor técnica e regime de execução por preço global, baseado na Lei Federal nº 12.232 de 29 de abril de 2010, na Lei Federal 8.666 de 21/06/93, com as alterações da Lei Federal 8.883 de 08/06/94 e da Lei Federal 9.648 de 25/05/98, observadas as exigências da Lei Federal nº 4.680 de 18 de junho de 1965, regulamentada pelo Decreto 57.690 de 01 de fevereiro de 1966 e os termos deste Edital.

As retificações do Edital, por iniciativa Oficial ou provocadas por eventuais impugnações, serão publicadas no Diário Oficial, em jornal diário de grande circulação e comunicadas aos adquirentes do Edital via telefax, entrega pessoal ou correio eletrônico e passarão a fazer parte integrante deste Edital.

De acordo com o art. 49 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93, a licitação a que se refere este Edital poderá ser revogada por razões de interesse público, anulada, por vício de ilegalidade, a juízo da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer direito a indenização por esses fatos, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada Lei Federal.

Poderá participar desta concorrência a agência de propaganda que atender às condições deste edital e apresentar os documentos nele exigidos.

Não será permitida a participação na Licitação de mais de uma empresa sob controle de um mesmo grupo de Pessoas Físicas ou Jurídicas nem a participação de consórcios.

Não serão admitidas à Concorrência as agências de propaganda suspensas do direito de licitar com o Município de São Gonçalo, no prazo e nas condições do impedimento e as declaradas inidôneas pela administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal.

O recebimento da documentação técnica e proposta, bem como o início de abertura dos envelopes serão realizados às **10:00 do dia 27 de JULHO de 2015, na Sala da Comissão Permanente de Licitação.**

Será fornecido gratuitamente no endereço abaixo mencionado, **o envelope nº 1, destinado à apresentação da Proposta Técnica – Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária**, que será padronizado e fornecido previamente pela Administração, sem nenhum tipo de identificação.

A aquisição da documentação completa do Edital poderá ser efetuada mediante a permuta de 2 (duas) resmas de papel tamanho A4/75gm, até 24 horas anteriores à data da entrega das propostas, no endereço e horário abaixo mencionados.

Qualquer informação sobre o Edital poderá ser obtida com a Comissão Permanente de Licitação, na Subsecretaria de Compras e Suprimentos.

São Gonçalo, 09 de JUNHO de 2015.

Comissão Permanente de Licitação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

1 - PREÂMBULO

1.1 – O Município de São Gonçalo, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para ciência dos interessados, que realizará licitação, na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2015**, do tipo **MELHOR TÉCNICA**, para a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de publicidade e propaganda.

1.2 – Os serviços serão realizados na forma de execução indireta, sob a égide da Lei Federal nº 12.232, de 29.04.10, mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis Federais nº 4.680, de 18.06.65, e nº 8.666, de 21.06.93.

1.2.1 – Aplicam-se também a esta concorrência o Decreto Federal nº 6.555, de 08.09.08, o Decreto Federal nº 57.690, de 01.02.66, O Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, instituído pelo I Congresso Brasileiro de Propaganda, realizado na cidade do Rio de Janeiro em outubro de 1957, o Código Brasileiro de Auto-regulamentação Publicitária, instituído pelo Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária – CONAR em 05 de maio de 1980 as disposições deste Edital.

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente concorrência é a contratação de 01 (uma) agência para prestação de serviços de publicidade, sob demanda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade de competência do Município de São Gonçalo aos veículos e demais meios de divulgação.

2.2 - Também integram o objeto desta concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

- a) À produção e à execução técnica das peças e ou material criados pela agência contratada;
- b) Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento relacionados diretamente a determinada ação publicitária;
- c) À criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias, atendidas as prescrições estabelecidas para as ações publicitárias contratadas.

2.2.1 - As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos na alínea 'b' terão a finalidade de:

- a) Gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação do Município de São Gonçalo, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;
- b) Aferir a eficácia do desenvolvimento estratégico, da criação e da divulgação de mensagens;
- c) Possibilitar a avaliação dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

2.3 - Os serviços previstos não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação e marketing, imprensa e relações públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

2.4 - Os serviços abrangem as ações de publicidade institucional e de utilidade pública, sobre todos os assuntos e temas de competência ou de interesse do Município de São Gonçalo.

2.5 - Para a prestação dos serviços será contratada 1 (uma) agência de propaganda, doravante denominada agência, licitante ou contratada.

2.6 - Os serviços objeto da presente concorrência serão contratados com agência de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680/1965 e que tenha obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos da Lei nº 12.232/2010.

2.7 - A agência atuará por ordem e conta do Município de São Gonçalo, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores bens e de serviços especializados, para a execução das atividades complementares, e de veículos e demais meios de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

2.8 - A agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução dos serviços previstos no presente Edital.

2.9 - A agência atuará de acordo com as solicitações do Município de São Gonçalo.

3 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar desta concorrência a agência de propaganda que atender às condições deste edital e apresentar os documentos nele exigidos.

3.2 - Não será permitida a participação na Licitação de mais de uma empresa sob controle de um mesmo grupo de Pessoas Físicas ou Jurídicas nem a participação de consórcios.

3.3 - Não serão admitidas à Concorrência as agências de propaganda suspensas do direito de licitar com o Município de São Gonçalo, no prazo e nas condições do impedimento e as declaradas inidôneas pela administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal.

3.4 - Somente poderão participar as agências cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680/1965 e que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos do Art. 4º da Lei nº 12.232/2010.

4 - DATA E LOCAL DA REALIZAÇÃO

4.1 - Data: 27/07/2015.

4.2 - Horário: 10:00 horas;

4.3 - Local: Sala da Comissão Permanente de Licitação.

4.4 - Não serão recebidas as propostas enviadas em data anterior ou posterior àquela indicada no subitem 4.1.

4.5 - Caso as datas previstas para a realização das sessões da presente licitação sejam declaradas feriados, ponto facultativo ou por motivo de força maior não puderem ser realizadas, e não havendo retificação de convocação, as sessões ocorrerão no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário previstos na convocação do Edital.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**

4,6 - Os horários mencionados neste Edital, bem como em eventuais erratas ou esclarecimentos, referem-se ao horário de Brasília.

5 - PROCESSO ADMINISTRATIVO E AUTORIZAÇÃO

5.1 - Processo: 31.772/2014

5.2 - Autorização do Secretário Municipal de Governo e Comunicação Social, Sr. Sandro Faria de Almeida: em 12/01/2015.

6 - FONTE DE RECURSOS

6.1 - Os recursos previstos para execução dos serviços correrão a conta do orçamento de 2014 no Programa de Trabalho 2054.04.131.2014.2123, Natureza de Despesa 3.3.90.39.00 e Fonte de Recursos 00, uma vez estando previsto na proposta da LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-LDO, tendo compatibilidade com o PLANO PLURIANUAL – PPA e com a proposta da LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA para 2014, oriundos da Secretaria de Municipal de Governo e Comunicação Social.

6.2 - Se o Município de São Gonçalo optar pela prorrogação dos contratos que vierem a ser assinados, serão consignados nos próximos exercícios, no Orçamento do Município, as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.

7 - TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

7.1 - A Licitação será do tipo melhor técnica e o regime de execução será por preço global.

8 - ESTIMATIVA DE INVESTIMENTOS

8.1 – O valor estimado dos investimentos é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

8.2 – Durante a execução do contrato derivado desta concorrência, a presente estimativa poderá ser alterada, para mais ou para menos, nos termos do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

9 - DOS PRAZOS

9.1 - O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de entrega das mesmas.

9.2 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pelo Município de São Gonçalo (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial.

9.2.1 - O prazo acima poderá ser revisto nas hipóteses e na forma do Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3 - Uma vez adjudicado o objeto da licitação, as licitantes vencedoras receberão a notificação contendo o local para assinatura dos respectivos contratos, de acordo com o caput do artigo 64 da Lei Federal 8.666/93.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

9.4 - Na hipótese do Município de São Gonçalo não assinar o Contrato com qualquer das empresas vencedoras ou com outra, na ordem de classificação, no prazo de 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, as Licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

9.5 - Os motivos de força maior que possam vir a justificar a suspensão da contagem do prazo estabelecido no Edital, somente serão considerados quando apresentados, por escrito, nas devidas épocas das ocorrências imprevistas.

9.6 - Não será levado em consideração qualquer pedido de suspensão da contagem do prazo, quando baseado em fatos não comunicados ao Município de São Gonçalo e/ou por este não aceito, nas épocas das respectivas ocorrências.

10 - DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

10.1 - A Licitação de que trata o presente Edital será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitação da Subsecretaria Municipal de Compras e Suprimentos, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas, que serão avaliadas conforme o subitem 10.2.

10.2 - As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, composta por 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas.

10.2.1 - 1 (um) dos membros da Subcomissão não poderá manter qualquer vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o Município de São Gonçalo.

10.3 - A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, sendo que pelo menos um terço dos componentes da lista será composto de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com órgão ou entidade responsável pela licitação, na forma do artigo 10, § 3º, da Lei 12.232, de 2010.

10.3.1 - A relação dos nomes referidos no subitem 10.3 será publicada pela Comissão Permanente de Licitação no Diário Oficial, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

10.3.2 - O sorteio será processado pela Comissão Permanente de Licitação de modo a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com o Município de São Gonçalo, nos termos dos subitens 10.2.1 e 10.3. Poderá ser designado, neste mesmo sorteio, um suplente para cada um dos membros efetivos.

10.3.3 - A relação prevista no subitem 10.3 conterá, separadamente, os nomes dos que mantenham e os dos que não mantenham vínculo com o Município de São Gonçalo.

10.3.4 - Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o subitem 10.3, mediante a apresentação à Comissão Permanente de Licitação de justificativa para a exclusão.

10.3.5 - Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na Subcomissão Técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

10.3.6 - A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto neste item 10.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

10.3.6.1 - Será necessário publicar nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação restar inferior ao mínimo exigido no subitem 10.3.

10.3.6.2 - Só será admitida nova impugnação a nome que vier a completar a relação anteriormente publicada.

10.3.7 - A sessão pública para o sorteio será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no subitem 10.3.1 e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

10.4 - A Comissão Permanente de Licitação poderá ser assessorada tecnicamente, cabendo aos assessores emitir pareceres quando por ela solicitados.

11 - CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

11.1 - Para participar deste certame, o representante da licitante apresentará à Comissão Permanente de Licitação o documento que o credencia, juntamente com seu documento de identidade de fé pública, no ato programado para a entrega dos Envelopes com as Propostas Técnica e de Preço.

11.1.1 - Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos autenticada em cartório ou apresentada junto com o documento original, para permitir que a Comissão Permanente de Licitação ateste sua autenticidade.

11.1.2 - Caso o preposto da licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, no mínimo com os poderes constantes do modelo que constitui o Anexo II. Nesse caso, o preposto também entregará à Comissão Permanente de Licitação cópia autenticada em cartório do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

11.2 - A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar da licitação, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

11.3 - A documentação apresentada na primeira sessão de recepção e abertura das Propostas Técnica e de Preço credencia o representante a participar das demais sessões. Na hipótese de sua substituição no decorrer do processo licitatório, deverá ser apresentado novo credenciamento.

11.4 - Caso a licitante não queira se fazer representar nas sessões de recepção e abertura, deverá encaminhar as Propostas Técnica e de Preço por meio de portador. Nesse caso, o portador deverá efetuar a entrega dos Envelopes diretamente à Comissão Permanente de Licitação, na data, hora e local indicados no item 4 deste edital.

12 - DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 - Os documentos de proposta técnica e propostas de preços de cada Licitante serão entregues à Comissão Permanente de Licitação em envelopes nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04, devidamente lacrados, conforme os subitens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, em data, hora e local estabelecidos no item 4 deste Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

12.1.1 - No **envelope nº 01** deverá estar acondicionado o **Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada**, de que trata o item 1 do Anexo V do edital – Forma de Apresentação e Conteúdo da Proposta Técnica.

12.1.1.2 - Só será aceito o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada que estiver acondicionado no envelope padronizado fornecido, obrigatoriamente, pelo **Município de São Gonçalo**.

12.1.1.3 - O envelope padronizado deverá ser retirado pela interessada de segunda à sexta-feira, das 9h às 12h ou das 14h às 17h, na Subsecretaria de Compras e Suprimentos.

12.1.1.4 - Para preservar – até a abertura do envelope nº 2 – o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária, o envelope nº 1 não poderá:

- a) Ter qualquer identificação;
- b) Apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante;
- c) Estar danificado ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante.

12.1.1.5 – O envelope nº 01 deverá estar lacrado, mas sem rubrica ou outro elemento que possa identificá-lo.

12.1.2 - No **envelope nº 02** deverá estar acondicionado o **Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada** e terá o mesmo teor da Via Não Identificada, sem os exemplos de peças referentes à Ideia Criativa.

12.1.2.1 - O envelope nº 02 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2015
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA: PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA
VIA IDENTIFICADA
RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE, EMAIL E FAX DA LICITANTE

12.1.2.2 - O envelope nº 02 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

12.1.3 - No **envelope nº 03** deverá estar acondicionado os documentos pertinentes à **Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação**, de que tratam os itens 2, 3 e 4 do Anexo V do edital – Forma de Apresentação e Conteúdo da Proposta Técnica.

12.1.3.1 - O envelope nº 03 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2015
ENVELOPE Nº 03 – PROPOSTA TÉCNICA:
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE
COMUNICAÇÃO
RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE, EMAIL E FAX DA LICITANTE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

12.1.3.2 - O envelope nº 03 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

12.1.3.3 - O envelope nº 03 não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do envelope nº 02.

12.1.4 - A **Proposta de Preços** deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação acondicionada no **envelope nº 04**.

12.1.4.1 - O envelope nº 04 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2015
ENVELOPE Nº 04 – PROPOSTA DE PREÇOS:
RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE, EMAIL E FAX DA LICITANTE

12.1.4.2 - O envelope nº 04 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

12.2 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme modelo apensado no Anexo I deste edital, podendo a licitante apresentar sua proposta no próprio formulário fornecido ou então em cópia literal do respectivo modelo, elaborada em papel timbrado da agência.

12.3 - A licitante deverá apresentar, como anexo da proposta de preços, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, nos termos do Anexo IV deste edital.

12.4 - Após a entrega dos envelopes, a Comissão Permanente de Licitação não aceitará, em nenhuma hipótese, a substituição ou anexação de qualquer novo documento por parte das Licitantes, salvo os documentos de esclarecimentos que forem, eventualmente, solicitados pela mesma, na forma estabelecida neste Edital e de acordo com o Art. 43, parágrafo 3º da Lei nº 8.666/93.

12.5 - Durante o período compreendido entre a data da entrega dos Envelopes "Documentos de Proposta Técnica", "Proposta de Preços" e posteriormente "Documentos de Habilitação" até a adjudicação do serviço, o Município de São Gonçalo não atenderá às licitantes individualmente para tratar de assuntos referentes à licitação. O Município de São Gonçalo, em caso de necessidade, convocá-las-á para esclarecimentos que eventualmente se fizerem necessários, conforme subitem anterior.

13 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

13.1 - A licitante deverá apresentar sua Proposta Técnica, elaborada de acordo com as informações constantes do Briefing – Anexo VII deste Edital. A Proposta Técnica deverá ser estruturada de acordo com os quesitos e sub quesitos abaixo:

- Plano de Comunicação Publicitária
 - Raciocínio Básico
 - Estratégia de Comunicação Publicitária
 - Idéia Criativa
 - Estratégia de Mídia e Não Mídia



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**

- Capacidade de Atendimento
- Repertório
- Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação

13.1.1 - A forma de apresentação da Proposta Técnica e seu conteúdo deverão obedecer ao especificado no Anexo V deste edital.

13.1.2 - A Proposta Técnica deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto aos termos técnicos ou expressões de uso corrente, e deverá ser elaborada com clareza, sem emendas, ressalvas ou rasuras e com páginas numeradas sequencialmente por quesito.

13.1.2.1 - As páginas deverão ser rubricadas e assinadas na última, por representante legal da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

13.1.3 - A Proposta Técnica deverá conter os elementos necessários à avaliação da capacitação e qualificação da Licitante para a execução do objeto desta licitação. A não apresentação de qualquer documento exigido neste Edital ensejará a desclassificação da Proposta.

13.1.4 - As Propostas Técnicas serão analisadas pela Subcomissão sendo as notas atribuídas devidamente justificadas, considerando-se os critérios estabelecidos no Anexo VI deste edital.

14 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

14.1 - A Proposta de Preços – Envelope nº 04, deverá estar vinculada ao objeto da presente licitação conforme item 2 deste Edital, observado o seguinte:

14.1.1 - Relativamente à veiculação, os serviços publicitários de que trata este Edital serão remunerados considerando-se o desconto concedido pelos veículos sobre seus preços de tabela, de acordo com o item 2.5 das Normas-Padrão do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão), incorporadas à legislação pertinente ao assunto, a saber:

14.1.1.1 - O valor global é **R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)** para esta licitação. Com isso, a parcela do “Desconto de agência” (20%) a reverter para o Município de São Gonçalo sem desconto, conforme a tabela do Anexo “B” das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP.

14.2 - Fica desde já estabelecido que será de 50% (cinquenta por cento) o valor percentual de desconto concedido sobre os custos dos serviços internos de produção (criação e montagem) de propaganda, baseado na Lista de Referência de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Rio de Janeiro (SINAPRO - RJ), bem como que será de 5% (cinco por cento) o valor da remuneração sobre os honorários incidentes sobre os custos de serviços e suprimentos externos referentes a peças publicitárias destinadas a veiculação em qualquer tipo de mídia, geradora de Desconto de Agência.

14.3 - Os serviços e os suprimentos externos terão os seus custos orçados junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores especializados, aprovados previamente pelo Município de São Gonçalo, devidamente cadastrados nos termos do caput do art. 14 da Lei n.º 12.232/2010.

14.4 - Sobre os serviços e suprimentos externos contratados para peças publicitárias que não serão veiculadas através de mídia tradicional (televisão, jornal, revista, rádio, etc.), ou qualquer outra que não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

proporcione DESCONTO DE AGÊNCIA, o Município de São Gonçalo pagará uma remuneração de **até 10% (com o mínimo de 5%)**, sobre o valor do serviço, nos termos do item 3.6.2 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP.

14.4.1 - O percentual que irá cobrar sobre este serviço deverá ser definido na Proposta de Preços da licitante, conforme modelo constante do Anexo I do presente Edital e deverá ser ofertado com, no máximo, uma casa decimal.

14.4.1.1 - Será considerada melhor classificada a agência que ofertar o menor percentual de Honorários.

14.5 - A Proposta de Preços deverá ser redigida em português, impressa por processo eletrônico, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado ou com carimbo padronizado da Licitante. Deverá ser datada e assinada na última folha, com o nome legível do signatário, responsável legal da Licitante. Deverá conter a denominação social, o endereço com CEP, telefone, "fax", e-mail e o número desta Concorrência.

14.6 - No preço cotado pelas licitantes considerar-se-ão todos os custos diretos e indiretos necessários à completa e perfeita realização dos serviços objeto desta Licitação, tais como: despesas com mão-de-obra, incluindo sobreaviso e horas-extras, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, alimentação, hospedagem, transporte da equipe, tributos e contribuições para fiscais, custos de administração, bem como lucro, razão pela qual não serão considerados pleitos de acréscimos após a abertura da proposta.

14.7 - As Licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 04, duas vias da Proposta de Preços. Deverão constar na Proposta, obrigatoriamente, todos os textos contidos no modelo do ANEXO I, apresentado neste Edital.

14.8 - O prazo de validade da Proposta de Preços deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

14.9 - O Município de São Gonçalo não pagará nenhum outro valor além do preço contratado, cabendo à Licitante considerar todos os custos diretos e indiretos, necessários à completa e perfeita realização dos serviços objeto desta licitação, tais como: despesas com mão-de-obra, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, alimentação, hospedagem, transporte da equipe da Licitante, materiais, equipamentos, frete, seguros, tributos e contribuições para fiscais assim como lucro, razão pela qual não serão considerados pleitos de acréscimos após a abertura da proposta.

14.10 - Para fins de formulação de sua proposta as Licitantes deverão pautar-se, desde já, assim como, considerar como futura obrigação contratual, o cumprimento dos princípios éticos de conduta profissional.

14.11 - Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem as condições previstas acima.

15 - DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1 - Os Envelopes com as Propostas Técnicas (Envelopes nº 01 a 03) e as Propostas de Preços (Envelope nº 04) serão entregues à Comissão Permanente de Licitação, em sessão pública, na data, local e horário determinados no item 4 do presente Edital.

15.2 - Os representantes legais das Licitantes, ou seus procuradores regularmente constituídos e presentes, assinarão a Lista de Presença, após o que será declarada aberta a reunião.

15.3 - É vedada a participação, na sessão de recebimento e abertura dos envelopes com as Propostas Técnicas e Comercial, dos membros designados para a Subcomissão Técnica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

15.4 - Os envelopes padronizados com a Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária não serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação no caso de apresentarem marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a Licitante.

15.5 - É vedado o lançamento de qualquer código, sinal ou marca nos Envelopes padronizados ou nos documentos que compõem a Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

15.5.1 - É vedada a aposição no Envelope nº 03, referente à capacidade de atendimento, ao repertório e ao relato de soluções de problemas de comunicação, assim como nos documentos nele contidos, de informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que possibilite a identificação da autoria do plano de comunicação publicitária, em momento anterior à abertura do Envelope que contém sua via identificada (Envelope nº 02).

15.6 - Recebidos os Envelopes, a Comissão Permanente de Licitação retirará o conteúdo do Envelope nº 01 – Proposta Técnica - Plano de Comunicação Via Não Identificada e abrirá o Envelope nº 03 – Proposta Técnica - Conjunto de Informações. As propostas serão rubricadas pelos seus respectivos membros e pelos representantes das Licitantes presentes à sessão, facultada a designação de um deles para representar todas as Licitantes.

15.6.1 - O Envelope nº 02 - Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada e o Envelope nº 04 – Proposta de Preço, permanecerão lacrados em poder da Comissão Permanente de Licitação e deverão ser rubricados no fecho por seus membros e pelos Representantes Legais presentes.

15.7 - Os Envelopes abertos e todo o seu conteúdo serão encaminhados à Subcomissão Técnica para análise e julgamento.

15.8 - A Subcomissão Técnica procederá a análise individualizada e julgamento do Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada (Envelope nº 01) e do Conjunto de Informações (Envelope nº 03), respeitado o procedimento legal e conforme critérios e quesitos estabelecidos neste Edital, desclassificando-se as Propostas que desatenderem as exigências legais ou estabelecidas nesse instrumento, observado o disposto no subitem 12.1.3.3.

15.9 - Serão elaboradas pela Subcomissão Técnica duas atas relativas (i) ao julgamento do Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada e (ii) ao julgamento dos quesitos referentes ao Conjunto de Informações e, posteriormente, encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação, juntamente com as Propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

15.10 - Recebidas às atas de julgamento, a Comissão Permanente de Licitação convocará sessão pública, com antecedência mínima de dois dias úteis, destinada à apuração do resultado geral das Propostas Técnicas, com os seguintes procedimentos:

a) Abertura do Envelope nº 02 com a Via Identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

b) Cotejo entre as Vias Identificadas e as Não Identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria.

c) Verificação da Pontuação Total obtida pelas agências, conforme critérios estabelecidos no item II do Anexo VI.

d) Elaboração de planilha com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada Proposta Técnica, obtendo-se o resultado final do julgamento geral da Proposta Técnica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

e) Proclamação do resultado do julgamento geral da Proposta Técnica, registrando-se em ata as Propostas desclassificadas e a ordem de classificação.

e.1) O resultado do julgamento geral da Proposta Técnica será publicado no Diário Oficial, indicando as licitantes desclassificadas e as classificadas, em ordem decrescente de pontuação.

15.11 - Cabe recurso contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua publicação.

15.12 - O recurso que cause alteração da classificação enseja a republicação do resultado e reabre o prazo recursal.

15.13 - Admite-se novo recurso apenas se fundamentado em novas razões ou novos argumentos agregados ao resultado em razão do julgamento do recurso anterior.

15.14 - Não provido eventual recurso interposto ou não havendo recurso contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão Permanente de Licitação convocará sessão pública, com antecedência mínima de dois dias úteis, destinada à abertura do Envelope nº 04 com as Propostas de Preços das licitantes classificadas na fase anterior.

15.15 - Na sessão de abertura dos Envelopes nº 04 – Propostas de Preços – as agências cujas Propostas Técnicas foram desclassificadas terão seus Envelopes nº 04 devolvidos fechados, mediante recibo específico a ser anexado ao processo, procedendo-se em seguida à abertura dos Envelopes nº 4 das agências classificadas.

15.16 - Uma vez abertos os Envelopes nº 04 das agências classificadas, as Propostas de Preços e seus anexos serão rubricados pela Comissão Especial de Licitações e pelos representantes, legais ou credenciados, presentes e serão analisadas conforme as condições estabelecidas no item 14 deste Edital.

15.17 - Após analisadas as propostas, será aberta a negociação que obedecerá ao seguinte procedimento:

a) O Presidente da Comissão oferecerá à agência que teve sua Proposta Técnica melhor classificada, a execução do objeto da contratação pelo valor da Proposta de Preço classificada em 1º lugar na fase de julgamento de Proposta de Preço, nos termos do art. 46, §1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

b) Se, apesar dos esforços do Presidente da Comissão em obter a aceitação da Licitante melhor classificada tecnicamente, em observância do princípio da proposta mais vantajosa, esta não aceitar executar o objeto pelo valor da menor Proposta de Preço, o Presidente da Comissão adotará o mesmo procedimento, negociando, sucessivamente, com as demais Licitantes classificadas tecnicamente, pela ordem de classificação, até a consecução de acordo para a contratação, nos termos do art. 46, §1º, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

c) Após a negociação, a Comissão Permanente de Licitação elaborará a ordem de classificação das agências com a devida divulgação do resultado.

15.18 - Cabe recurso contra o resultado do julgamento das Propostas de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua publicação ou da lavratura da ata, quando presente todas as licitantes.

15.19 - O recurso que cause alteração da classificação enseja a republicação do resultado e reabre o prazo recursal.

15.20 - Admite-se novo recurso apenas se fundamentado em novas razões ou novos argumentos agregados ao resultado em razão do julgamento do recurso anterior.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

15.21 - Não provido eventual recurso interposto ou não havendo recurso contra o resultado do julgamento final das propostas, a Comissão Permanente de Licitação convocará sessão pública, com antecedência mínima de dois dias úteis, destinada à apresentação do Envelope nº 05 – Documentos de Habilitação pelas LICITANTES classificadas no julgamento final das propostas, para análise da sua conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e nesse Edital.

16 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1 - Encerrado o prazo para a interposição de recurso em face do resultado final do julgamento das propostas, as licitantes classificadas serão convocadas pela Comissão Permanente de Licitação para apresentação dos documentos de habilitação.

16.2 - Os documentos de habilitação de cada Licitante serão entregues à Comissão Permanente de Licitação no Envelope nº 05, em data, hora e local estabelecidos pela Comissão Permanente de Licitação.

16.3 - O Envelope nº 5 deverá estar devidamente lacrado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2015
ENVELOPE Nº 5 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE, EMAIL E FAX DA LICITANTE

16.3.1 - Numeração de Folhas e Documentos.

a) Todas as folhas da documentação de habilitação - inclusive as folhas índices e de separação - deverão ser rubricadas pelo representante legal da licitante.

b) No início da documentação deverá ser apresentado um índice, contendo todos os documentos de habilitação e a (s) página (s) em que se encontra (m).

16.3.2 - A Comissão Permanente de Licitação solicita que as licitantes apresentem toda a documentação de habilitação com as folhas numeradas ressaltando que eventual falta de numeração, não será motivo de inabilitação.

16.3.3 - Será obrigação da licitante comunicar imediatamente à Comissão Permanente de Licitação, mudanças de endereço, telefone, fax, razão social.

16.4 - Os documentos relativos à habilitação, que poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório ou por servidor da Administração ou mediante publicação na imprensa oficial, na forma do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93, são os seguintes:

16.4.1 - Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresárias, e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de Ata da eleição da última Diretoria;

b) Inscrição do Ato Constitutivo acompanhado de prova da Diretoria em exercício no caso de Sociedade Simples;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

c) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de Firma ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País; e Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

16.4.2 - Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal (ISS) relativo ao domicílio ou sede da licitante.
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos e à Dívida Ativa da União.
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débito e da Certidão Negativa da Dívida Ativa.
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débito e da Certidão Negativa da Dívida Ativa. Para empresas sediadas no Município de São Gonçalo deverá apresentar Certidão de Situação Fiscal junto ao Município de São Gonçalo.
- f) Certidão de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e do art. 29, V, da Lei Federal nº 8.666/93, ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da CNDT, segundo o disposto no art. 642-A, §2.º, da CLT.

16.4.2.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal deverão ter sido expedidos há menos de 90 (noventa) dias da data de realização da licitação, quando não apresentarem prazo de validade impresso.

16.4.2.2 - A regularidade fiscal das empresas poderá ser comprovada por meio de certidão negativa de débito ou por certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional - CTN.

16.4.3 - Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Certificado de Qualidade Técnica expedido pelo CENP – Conselho Executivo de Normas Padrão, ou por entidade equivalente, legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei Federal nº 12.232/10.
- b) Comprovação de aptidão da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dos serviços, através de certidão e atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público privado.

16.4.4 - Documentos Relativos à Qualificação Econômico Financeira

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação das Propostas.

a.1) A licitante com menos de um ano de existência, que ainda não tenha balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência;

a.2) Entenda-se por “na forma da lei”:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

I - Sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da Licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído;

II - Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e devidamente publicado;

III - Sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

a.3) A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

a.3.1) Do balanço referido na alínea “a” do subitem 16.4.4, cujos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, terão de ser maiores que um (>1):

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

a.3.2) Das demonstrações contábeis referidas na alínea “a.1” do subitem 16.4.4, cujo Índice de Solvência, obtido conforme fórmula a seguir, terá de ser maior ou igual a um (≥ 1):

$$S = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível Total}}$$

a.4) Os índices de que tratam as alíneas “a.3.1 e a.3.2” do subitem 16.4.4 serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

b) A licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), no cálculo de quaisquer dos índices referidos na alínea “a.3.1”, ou menor que 1 (um), no cálculo do índice referido na alínea “a.3.2”, todos do subitem 16.4.4, deverá comprovar possuir patrimônio líquido mínimo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

c) Certidões negativas de falências e concordata expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordata.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

c.1) As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados da data da pesquisa.

16.4.5 - Documento Relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal:

a) Declaração firmada pela licitante de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos. (Modelo da declaração constante no Anexo III deste edital).

16.5 - A Licitante que apresentar o Cartão de Registro no cadastro do Município de São Gonçalo, estará dispensada da apresentação dos documentos solicitados no subitem 16.4.1 e no subitem 16.4.2 alíneas "a" e "b", do item 16.4 deste Edital.

16.5.1 - A licitante que não estiver cadastrada no grupo/classe referente ao objeto licitado, deverá apresentar, no Envelope nº 05 – Documentos de Habilitação, cópia autenticada da última alteração contratual que comprove, em seu Objetivo Social, a habilitação para prestação dos serviços sobre os quais pretende apresentar proposta.

16.6 - Quando houver superveniência de fato impeditivo da habilitação, a licitante é obrigada a declarar o fato, pois caso não o faça, estará sujeita às penalidades cabíveis.

16.7 - O Município de São Gonçalo, a seu exclusivo critério, poderá a qualquer momento, solicitar às Licitantes informações e esclarecimentos acerca dos documentos de habilitação apresentados, fixando, para isso, o prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis. O não atendimento ao estabelecido neste subitem implicará na inabilitação da licitante faltosa.

16.8- A Comissão Permanente de Licitação analisará os Documentos de Habilitação e julgará habilitadas todas as licitantes que atenderem integralmente aos requisitos de habilitação exigidos neste Edital e em seus anexos.

16.9 - O resultado da Habilitação constará de ata de julgamento e será publicado no Diário Oficial, salvo se presentes as LICITANTES no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata, abrindo-se o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

16.10 - Não provido eventual recurso interposto ou não havendo recurso contra o resultado do julgamento da habilitação, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o procedimento para homologação e adjudicação do resultado.

17 - DOS RECURSOS

17.1 - Os recursos das decisões da Comissão Permanente de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da data de lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Presidente da Comissão. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará a Comissão Permanente de Licitação o recurso à autoridade superior, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

17.2 - A Comissão Permanente de Licitação dará ciência dos recursos às demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.3 - A intimação dos atos referidos nas alíneas "a", "b", "c" e "e" do inciso I do Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação no Diário Oficial, salvo para os casos julgamento das propostas e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

de habilitação ou inabilitação das licitantes, se presentes os prepostos de todos as Licitantes no ato em que for adotada a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados.

17.4 - Caso as datas previstas para contagem dos prazos para interposição de recursos, ou impugnação destes, sejam declaradas feriados, ponto facultativo ou por motivo de força maior sofram interrupção, será dada continuidade à referida contagem a partir do primeiro dia útil subsequente à eventual paralisação.

18 - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS

18.1 - Uma vez adjudicado o objeto da licitação, a agência vencedora será convocada, por escrito, para assinatura do respectivo contrato, cuja minuta constitui o Anexo IX.

18.2 - A agência adjudicatária terá o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da Carta de Convocação para assinatura do contrato, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período desde que justificado e aceito pelo Município de São Gonçalo, de acordo com o § 1º do Artigo 64, da Lei 8.666/93.

18.3 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pelo Município de São Gonçalo (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial.

18.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas da notificação do Município de São Gonçalo, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

18.5 - No caso da ocorrência do subitem 18.6, o Município de São Gonçalo, a seu exclusivo critério, poderá adjudicar os serviços à licitante classificada em seguida, e assim, sucessivamente, desde que aceitas as condições de preços e de prazo da licitante inicialmente declarada vencedora.

18.6 - Na hipótese do Município de São Gonçalo não assinar o Contrato com a empresa vencedora ou com outra, na ordem de classificação, no prazo de 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

18.9 - De acordo com o parágrafo 1º do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93, a licitação a que se refere este Edital poderá ser revogada por razões de interesse público, anulada por ilegalidade, a juízo do Município de São Gonçalo, sem que caiba às licitantes qualquer direito à indenização, ressalvado o disposto no Parágrafo Único do art. 59 da citada Lei Federal.

19 - ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

19.1 - As informações sobre a execução do contrato, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e veículos, serão divulgadas em sítio próprio aberto para o contrato na rede mundial de computadores, garantido o livre acesso às informações por quaisquer interessados.

19.2 - As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

19.3 - A agência contratada deverá, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

19.4 - Os recebimentos provisório e definitivo serão realizados na forma do artigo 73, inciso I da Lei nº 8.666/93 e respectivas alterações, observadas as demais condições previstas neste Edital, para o recebimento do objeto.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

20.1 - Os custos e as despesas de veiculação apresentados à CONTRATANTE para pagamento deverão ser acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços, da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes, bem como de relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, sempre que possível. Nas praças não cobertas por serviço de checagem, deve ser apresentada Declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação da qual devem constar, pelo menos, as seguintes informações: Razão social e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, nome do programa, dia e horário da veiculação.

20.1.1 - Pertencem a CONTRATANTE as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio de agência de propaganda, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos pelo veículo de divulgação.

20.1.1.1 - É facultativa a concessão de planos de incentivo por veículo de divulgação e sua aceitação por agência de propaganda, e os frutos deles resultantes constituem, para todos os fins de direito, receita própria da agência e não estão compreendidos na obrigação estabelecida no subitem 20.1.1 acima.

20.2 - A equação econômico-financeira definida na licitação e no contrato não se altera em razão da vigência ou não de planos de incentivo referidos no subitem 20.1.1.1 acima, cujos frutos estão expressamente excluídos dela.

20.3 - Sob pena de aplicação das sanções previstas no caput do artigo 87 da Lei 8.666/93, a agência de propaganda não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo previstos no subitem 20.1.1.1 aos interesses da CONTRATANTE, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

20.4 - O desrespeito ao disposto no item acima constituirá grave violação aos deveres contratuais por parte da agência contratada e a submeterá a processo administrativo em que, uma vez comprovado o comportamento injustificado, implicará a aplicação das sanções previstas no caput do art. 87 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993.

20.5 - Para fins de interpretação da legislação de regência, valores correspondentes ao desconto-padrão de agência pela concepção, execução e distribuição de propaganda, por ordem e conta de clientes anunciantes, constituem receita da agência de publicidade e, em consequência, o veículo de divulgação não pode, para quaisquer fins, faturar e contabilizar tais valores como receita própria, inclusive quando o repasse do desconto-padrão à agência de publicidade for efetivado por meio de veículo de divulgação.

20.6 - Somente pessoas físicas ou jurídicas previamente inscritas no cadastro de fornecedores/prestadores de serviço do Município de São Gonçalo poderão fornecer ao contratado bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, previstas no item 2.2 deste Edital.

20.7 - O fornecimento de bens ou serviços especializados exigirá sempre a apresentação pela CONTRATADA à CONTRATANTE de 3 (três) orçamentos obtidos entre pessoas que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

20.7.1 - No caso do item acima, a CONTRATADA procederá à coleta de orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização do contratante, sempre que o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato.

20.7.1.1 - O fornecimento de bens ou serviços de valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do art. 23 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, está dispensado do procedimento previsto no subitem acima.

21 - DA RESPONSABILIDADE

21.1 - A CONTRATADA é responsável por danos causados ao Município de São Gonçalo ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

21.2 - A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o Município de São Gonçalo, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

21.3 - A CONTRATADA se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

21.4 - A CONTRATADA será obrigada a apresentar, sempre que solicitado, as seguintes comprovações:

21.4.1 - Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND);

21.4.2 - Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

22 - DA REMUNERAÇÃO, DO DESCONTO DE AGÊNCIA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 - A remuneração às contratadas, pelos serviços prestados, será feita nos termos das Cláusulas Oitava, Nona, Décima e Décima Primeira da minuta de contrato (Anexo IX), consoante o preço estabelecido em suas Propostas de Preço ou, quando for o caso, de acordo com o preço negociado na forma prevista no subitem 15.17 deste Edital.

23 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas da notificação do Município de São Gonçalo, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

23.2 - A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as penalidades estabelecidas na Cláusula Décima Terceira da Minuta de Contrato - Anexo IX deste Edital.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**

24 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

24.1 - O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Município de São Gonçalo, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

24.2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

24.3 - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total dos serviços constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

24.4 - A rescisão de que tratam os Artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral do Município de São Gonçalo (Art. 79, inciso I) sem que caiba à CONTRATADA, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização do Município de São Gonçalo.

24.5 - Não havendo culpa da CONTRATADA para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

24.6 - Os casos de rescisão do contrato serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, sendo assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

24.7 - A declaração de rescisão do contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

24.8 - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o Município de São Gonçalo autorizado a reter a garantia do contrato, e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

25 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

25.1 - As partes se obrigam ao cumprimento das condições previstas na Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO e na Cláusula Quinta - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA da minuta de contrato (Anexo IX).

26 - DAS GARANTIAS

26.1 - Não será exigida garantia de Proposta.

26.2 - A Garantia de Contrato deverá ser prestada pela agência contratada conforme previsto na Cláusula Décima Segunda da minuta de contrato (Anexo IX).

27 - DAS INFORMAÇÕES FINAIS E ESCLARECIMENTOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

27.1 - O Município de São Gonçalo se reserva o direito de rejeitar todas as propostas, transferir, revogar ou anular a Licitação, a qualquer tempo, dentro das exigências da Lei nº 8.666/93, ou desistir da Celebração do Contrato.

27.2 - Qualquer informação de ordem administrativa ou esclarecimentos sobre o edital serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação, na Subsecretaria de Compras e Suprimentos, pelo telefone 2199-6442, no horário de 9:00 às 17:00 horas, até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à data marcada para a entrega das Propostas.

27.3 - Caso a Licitante decida entrar com impugnação ao Edital ou recurso contra as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação, deverá fazê-lo dentro do prazo estipulado pela Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, dirigindo-se ao Protocolo Geral, na Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100, Centro, São Gonçalo, para apresentar documento escrito.

27.4 - As retificações do Edital, por iniciativa Oficial ou provocadas por eventuais impugnações, serão publicadas no Diário Oficial, em jornal diário de grande circulação e comunicadas aos adquirentes do Edital via telefax, telegrama, entrega pessoal ou correio eletrônico e passarão a fazer parte integrante deste Edital.

28 - DO FORO

28.1 - Os casos omissos serão resolvidos conforme o disposto na Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, sendo, desde já, eleito como único competente, o foro da cidade de São Gonçalo – RJ.

29 - ANEXOS

29.1 - Todos os anexos abaixo citados são partes integrantes do presente Edital, para todos os efeitos legais:

Anexo I	- Formulário Oficial de Proposta de Preços;
Anexo II	- Modelo de Procuração (Credenciamento);
Anexo III	- Modelo de Declaração de Atendimento ao Disposto no Art. 7º, inciso XXXIII - CF;
Anexo IV	- Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
Anexo V	- Forma de Apresentação e Conteúdo da Proposta Técnica ;
Anexo VI	- Processamento e Julgamento das Propostas Técnicas;
Anexo VII	- <i>Briefing</i> – Exercício Criativo;
Anexo VIII	- Solicitação do Envelope Padronizado – Via Não Identificada;
Anexo IX	- Minuta de Contrato;
Anexo X	- Declaração que não possui parentesco.

São Gonçalo, 09 de JUNHO de 2015.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**

ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS

(FORMULÁRIO OFICIAL)

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2015

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA"

EMPRESA:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

INSCRIÇÃO NO CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA:

CTA. CORRENTE:

Prezados Senhores:

Após tomarmos conhecimento de todos os documentos deste Edital de Licitação, submetemos à apreciação do **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO** a nossa proposta de preços para execução dos serviços em referência.

Certificamos que todos os documentos foram examinados e que assumimos total responsabilidade por quaisquer erros ou omissões na preparação desta proposta.

Confirmamos a disponibilidade de equipamentos e equipe técnica necessária à execução dos serviços.

SERVIÇOS	FORMA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL DE HONORÁRIOS
Contratação dos serviços de comunicação	Percentual de honorários proposto pela Licitante como remuneração sobre os custos dos serviços e suprimentos externos referentes a peças publicitárias NÃO destinadas a veiculação em qualquer tipo de mídia geradora de Desconto de Agência. (honorário máximo de 10% e mínimo de 5%)	_____% (_____ por cento)

Obs.: O percentual ofertado deverá contemplar, no máximo, uma casa decimal.

No caso de adjudicação do objeto licitado, concordamos em assinar o Contrato no prazo estabelecido pela **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO** e ainda declaramos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

- Que será de 50% (cinquenta por cento) o percentual de desconto concedido sobre os custos dos serviços internos de produção (criação e montagem) de propaganda, baseado na Lista de Referência de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Rio de Janeiro (SINAPRO - RJ).
- Que será de 5% (cinco por cento) o percentual de desconto concedido sobre os honorários incidentes sobre os custos de serviços e suprimentos externos referentes a peças publicitárias destinadas a veiculação em qualquer tipo de mídia, geradora de Desconto de Agência.
- 20% (vinte por cento) do “Desconto de Agência”.
- Que aceitamos integralmente as regras desta **Concorrência**, bem como a legislação a que ela está subordinada;

São Gonçalo, _____ de _____ de 2015.

Assinatura e Carimbo do
Representante Legal da
Licitante

OBS.: Tendo em vista a grande quantidade e tamanho dos arquivos anexos que compõem este edital, os mesmos estarão disponíveis para retirada na Subsecretaria de Compras e Suprimentos, situada à Rua Doutor Feliciano Sodré, 100 – Centro – São Gonçalo/RJ, no horário de 09:00 h as 16:30 h. Maiores informações poderão ser obtidas através dos telefones:
(21) 2199-6342 / 2199-6362.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**